

Reflexões sobre Horizonte do Desejo, de Wanderley Guilherme dos Santos

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão*

Demian Castro**

RESUMO - Este artigo é um resumo seguido de reflexões do livro *Horizonte do Desejo: Instabilidade, Fracasso Coletivo e Inércia Social*, de Wanderley Guilherme dos Santos, centrado nos dilemas da participação política no Brasil e na manutenção de nosso histórico passado de fragmentação social e precárias instituições democráticas e republicanas, tema crucial em uma nova e promissora América Latina e em um mundo cremos que de novo vacinado contra a política dos grandes interesses financeiros e corporativos.¹

Este texto compõe-se de reflexões sobre política social, democracia e pobreza no Brasil das últimas décadas até o ano 2000, a partir do texto de *Horizonte do Desejo*, do eminente cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, livro publicado pela FGV em 2006. Fazemos inicialmente uma resenha do livro que contém um resumo do mesmo antes das nossas reflexões como professores na área de economia brasileira e políticas públicas por quase toda nossa vida profissional.

O autor parte de um Brasil marcado por uma república inacabada em processo de desconstitucionalização, sem atores políticos organizados diante da necessidade de universalizar os direitos básicos da cidadania moderna. Isto cria um cenário de desigualdade social que não impede o circuito do consumo nem checa o circuito da produção, deixando-o ao abandono. O livro é precisamente um discurso que procura, a guisa de consolo, trazer essa desigualdade à luz.

Em primeiro lugar o autor advoga em descontentamento com as instituições democráticas por grupos que se identificam com o progresso da liberdade e da justiça, à esquerda e à direita, sugerindo que a democracia está, no mínimo, ameaçada pelos cidadãos que dela se beneficiaram:

Existe crescente hiato entre expectativas de consumo e consumo efetivo, de ascensão social bloqueada por congeladas estratificações sociais, de mais

* Doutor em Economia pela UNICAMP. É professor associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: igorzaleao@yahoo.com.br.

** Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. Endereço eletrônico: demian@ufpr.br.

¹ *Para Baby por el pasado y el esperado porvenir.*

eficaz participação do poder por meios de canais não-convencionais, e a percepção da distância entre ambição e capacidade de satisfazê-la, o que propiciaria o manifesto alheamento em relação às instituições tradicionais. (pág. 29).

No Brasil, também há advogados para esse problema de extensa reforma política envolvendo matérias como legislações eleitorais e partidárias.

Para Santos, todavia, o Brasil enfrenta, é verdade, problemas há muito resolvidos no Primeiro Mundo como universalização dos direitos constitucionais e erradicação da miséria absoluta, mas duas críticas sérias enfrentadas por aquela região não cabem em nosso país. Em primeiro lugar não há evidência de que o eleitorado esteja convencido de que as instituições democráticas não estão tendo a eficácia representativa que deveriam ter. Em segundo lugar as instituições também não são alvo da crítica de um desempenho ineficiente. Estes motivos fazem com que a participação política de assalariados e da classe média não venha se reduzindo no volume ou haja uma deterioração sobre a qualidade da informação de que dispõem.

Assim, a sociedade brasileira tem estado em ebulição desde meados do século XX em relação a processos como crescimento populacional, urbanização e divisão social do trabalho. Há uma ebulição no que se refere à residência, ocupação, relações comunitárias, pauta de demandas e conexões políticas. Há também uma notável e rápida rotatividade das elites, sendo, por exemplo, cada vez mais raras as empresas que se apresentam como tendo passado de pai para filho desde décadas atrás. As bases sociais dos partidos se alteram com relativa pressa e a distribuição ideológica desses partidos se altera radicalmente. Isto não ocorre por oportunismo eleitoral, mas porque a população não pode pedir coerência sujeita aos solavancos dos movimentos da infra-estrutura.

Há uma instabilidade permanente na economia, na sociedade e na política. Há instabilidades perdulárias, que só produzem desperdício e deixam um rastro de inutilidade e frustração e instabilidades produtivas, como as que produzem movimentos de natureza institucional positivos, elevando o desempenho do Parlamento brasileiro. Entretanto, afóra as instabilidades de grande magnitude, como por exemplo, aquela criada por Collor de Mello, o dia-a-dia do país está marcado por elevada taxa de incerteza, o que faz as pessoas adotarem uma atitude de aversão ao risco, preferindo comportamentos cautelosos diante das instituições políticas e judiciárias. Por outro lado, embora avessos ao risco, e sem participação direta universal, os membros operantes das sociedades pobres preferem o risco da instabilidade produtiva, quando existe, ao caráter letal da estabilidade do *status quo*.

Em síntese:

No Brasil, a transformação do mundo e da ideia de mundo encontra-se muito adiante do aparecimento de câs nos atuais homens e mulheres maduros com notáveis repercussões políticas, de tudo dando conta à arena eleitoral. A vasta maioria da população brasileira, de 1930 em diante, já viu praticamente de tudo, e grande parte dela de quase tudo participou. As consequências desse tempo acelerado aparecem nas arenas eleitorais e parlamentar. (pág. 52).

A partir de uma longa discussão sobre participação eleitoral nos países de primeiro mundo e no Brasil, o autor observa que no nosso país os esforços no sentido de reduzir os custos de participação, seja pela ampliação de zonas e seções eleitorais, seja pelo controle e fiscalização da lisura dos procedimentos de apuração da vontade popular, têm sido constantes e apreciáveis.

A concorrência entre os candidatos nos pleitos aumenta e os eleitos ficam comprometidos com o eleitorado por conta das promessas que fizeram. Estas não são sempre localistas, nem os representantes nacionais ficam desobrigados de apresentar projetos mais abrangentes que venham a incluir as próprias bases eleitorais. O grande crescimento da participação política aumenta muito o número de demandas com que se defrontam os parlamentares, ações para sanar carências existentes agora são reclamadas por um número maior de pessoas que votam. Isto cria uma instabilidade produtiva que se reflete prioritariamente no Parlamento.

A partir da observação do atual panorama internacional o autor percebe a insatisfação que o público vem manifestando frente às instituições democráticas. Ao mesmo tempo é grande a maioria dos que, mesmo insatisfeitos ainda preferem a democracia ao autoritarismo. Isto se observa também no Brasil. Para Santos, é provável que se a opinião pública estivesse mais atenta para o real significado do Parlamento brasileiro e para o seu papel, incluindo os partidos políticos que nele atuam, poderia certamente contribuir de modo mais efetivo para aprimorar a instituição. A comparação internacional revela, todavia, que o Parlamento brasileiro funciona mais ou menos como todos os outros parlamentos, isto é, imperfeitamente diante de um ideal regulador das instituições reais. Assim, “A instituição parlamentar brasileira convive intensamente com a incerteza e a imprevisibilidade democráticas e, como toda obra humana, participa do bem e do mal” (pág. 109).

Para o autor, todavia, o Brasil apresenta uma grande interrogação. Vamos entendê-la. Em primeiro lugar, observando a base “natural” da sociedade brasileira ou sua “infraestrutura

material” resultante dos efeitos combinados do crescimento populacional, da urbanização, da diferenciação setorial econômica e da divisão social do trabalho, a instabilidade produtiva tem preponderado sobre a estabilidade dissipativa em razoável número de oportunidades. Na arena eleitoral produziu-se vasta revolução no tamanho do eleitorado na sua nacionalização acelerada e na extensa criação de uma infraestrutura institucional.

Por outro lado, a ação coletiva se estende de forma significativa aos segmentos da população com algum obstáculo à ação coletiva. Observem-se as organizações representativas de mulheres, negros e índios fora da arena parlamentar sem abandono desta. Associações em defesa dos direitos humanos ao lado de outras organizações voluntárias têm se multiplicado rapidamente. No Parlamento converge a grande massa de demandas, sugestões, reclamações e contatos de todo tipo, originados da sociedade organizada. Para Santos, apesar de percebido de forma inadequada dentro das limitações que não pode ultrapassar, como por exemplo, o tempo disponível para usar a palavra, o Parlamento vem correspondendo satisfatoriamente nas condições em que opera. Isto não significa que os aspectos importantes do atual estágio da sociedade brasileira estejam bem encaminhados:

Uma das condições operacionais da democracia refere-se à fragmentação dos interesses representados nos parlamentos, independentemente do número de partido. Em especial, implica remota possibilidade de que neles se formem maiorias absolutamente consistentes, capazes de, por sua magnitude e homogeneidade de preferências, satisfazer integralmente aos interesses extraparlamentares em jogo. As maiorias serão sempre relativas dentro da sociedade e o funcionamento da regra de decisão majoritária, nos parlamentos dá lugar à formulação do que denomino a flexível Lei das Poliarquias: o número de interesses desfavoravelmente afetados por decisões majoritárias é potencialmente superior ao número de interesses atendidos, regra responsável pelas reações que contribuem para uma quase que permanente efervescência. (pág. 113).

Em outros termos, a opção vencedora em uma votação permite que se conheçam preferências positivas, mas não a distribuição de preferências negativas, e a aprovação em nome da maioria não pode deixar de causar insatisfações e murmúrios, levando a juízos negativos da opinião pública sobre o funcionamento da democracia. No caso do Brasil a insatisfação existente decorre do volume de demandas de uma arena política superpovoada, insatisfação não tanto com a democracia, mas com o subdesenvolvimento das instituições democráticas. Uma das razões para isso é que o Estado não tem força nem autoridade suficientes para que tenham eficácia direitos constitucionais básicos como os direitos de ir e vir, de crença, de opinião e de organização, participação em plebiscitos, referendos e legislação de iniciativa popular.

Houve, nas últimas décadas, uma universalização territorial da aplicação das normas constitucionais seja ao nível da hierarquia social quanto ao da distribuição espacial. Porém, a capacidade estatal de assegurar aos cidadãos o consumo dos direitos constitucionais regrediu ao longo do tempo. Para o autor, isto significa que o Brasil está de fato ingressando no universo da política representativa e da universalização dos direitos. Isto constitui o que chamamos a interrogação nacional: o que impede o Brasil de atravessar os desequilíbrios improdutivos que também foram típicos de democracias ricas que os superaram no passado com sucesso?

Na segunda parte do livro, designada *Horizonte do Desejo – Privação, Inércia e Fracasso*, Santos lembra que o Brasil passou por duas transformações significativas no século XX, a primeira material, resultante do desempenho da economia nos primeiros oitenta anos do mesmo século, a segunda cívica, fruto da conversão dos habitantes em eleitores na segunda metade do século sem paralelo na história dos sistemas políticos representativos. Todavia, há uma persistente divergência entre os rumos do progresso material e o estado social da nação. Alinhando diversos dados da FGV e do IBGE bem como do IPEA e do Dieese é possível notar a grande carência da população do país por seus indicadores sociais no final do século XX.

A partir daí o autor se pergunta sobre o horizonte de desejo da população, isto é, quais são os desejos que os objetos de consumo com o auxílio do efeito demonstração pode gerar e qual o impacto desse horizonte da vida coletiva sobre o exercício da democracia: Como reage a população à consequência dos desequilíbrios produtivos ou meramente perdulários? Por que, conhecido o estado social da nação, os níveis de associativismo e, em especial a formulação de demandas apenas aranham a superfície da vasta combinatória social brasileira? (pág. 131). O autor pretende traçar um cenário especulativo de uma virtual relação entre fundamento material e aspirações humanas.

Trabalhando com os dados citados acima o autor conclui que, apesar da extraordinária variação nos salários associados às ocupações, a população mostra um hiato de privação relativa inesperadamente reduzida. Para a maioria das pessoas a “vida boa” encontra-se a dois passos da média salarial considerada “ruim”. Assim, esquivar-se da zona “ruim” é praticamente o mesmo que lançar-se à conquista da “vida boa”. Nesse sentido, o horizonte do desejo ou o sentido de privação da população brasileira são surpreendentemente modestos, apesar dos péssimos indicadores sociais.

Ao mesmo tempo, a crescente complexidade da malha social e o crescimento ininterrupto e de grande magnitude da PEA não se traduzem em um nível de associativismo mais avançado entre 1988 e 1996, exceção feita a organizações ligadas à saúde e ao meio ambiente. Existe uma mobilidade social que não é acompanhada por tendências gregárias. Isto não significa um conservadorismo tradicional no país nem uma apologia ao Estado mínimo. Ao contrário, o autor mostra como a enorme complexidade implícita na existência do *status quo* convive com uma necessidade de gastos públicos e uma presença do Estado bastante apreciáveis apenas para atingir o modesto objetivo de impedir a deterioração desse *status quo*. Assim: A extensa penetração estatal, hoje, visa prioritariamente a garantir a mera reposição das condições nas quais a acumulação privada é possível. A razão do Estado contemporâneo encontra-se no elevadíssimo custo de manutenção do *status quo*. É impossível ser mais conservador do que isso (pág. 164). Evidentemente isto descarta a idéia de que a extensa participação governamental nos assuntos privados deva-se à promoção de grupos vulneráveis e destituídos, pois há pouco espaço para isso.

Países em desenvolvimento com grandes desequilíbrios sociais vivem de modo particular o problema da manutenção do *status quo*, pois o mero custo de evitar a sua deterioração é bem mais alto que nos países ricos. Ao mesmo tempo pode-se perceber pelos indicadores sociais uma rigidez à mudança, ou seja, o amanhã social será aproximadamente como o de hoje e são necessárias mudanças de grande porte para alterar o perfil do mundo. Trabalhando minuciosamente dados de renda familiar e taxas de crescimento do PIB o autor conclui que há um elevado grau de inércia social embutida na distribuição de pessoas segundo as classes de renda, ou seja: Os indivíduos nascem, crescem, envelhecem, morrem e a sociedade sequer toma conhecimento. É contra o pano de fundo dessa inércia que se há de entender as dificuldades para que, em primeiro lugar, se conquiste uma noção mais realista das efetivas distâncias sociais e, com base em tal percepção, ajuizar o quanto tais distâncias significam em linguagem de renda (pág. 173-174).

Nesse sentido a privação relativa é reduzida, pois nenhum miserável imagina que consiga chegar sequer próximo do topo e o horizonte do possível, que contém o progresso e a mobilidade é que promoveu a privação relativa. Não há um processo de expectativas crescentes e de alargamento do hiato de privação relativa, antes o horizonte do desejo é ainda muito medíocre para que uma precária mudança marginal seja interpretada como estímulo a demandas posteriores. É dramática a conclusão do autor:

Assim seria o Brasil. Está sob análise uma população majoritariamente pobre, sem disponibilidade para cobrir os custos de organizar ações coletivas e para absorver os custos de eventuais fracassos, pouco informada e em larga medida inocente de qualquer noção de direitos. Não espanta que a reserva de confiança institucional anteriormente mencionada encontre-se aqui muito aquém do desejável. Ninguém alimenta grandes expectativas quanto às instituições fundamentais: Legislativo, Judiciário, polícia, serviços públicos. Suplementos especiais da PNAD 1988 revelam o grau de desconfiança institucional difundida pelo país e não há razão para que se tenha alterado significativamente para melhor desde então. (pág. 174-175).

Note-se que o autor está trabalhando com um período de tempo entre 1981 e o final do século, anos de baixa acumulação material incapaz de afetar a sensibilidade social no sentido de tornar a sociedade brasileira menos recolhida à vida privada e à estratégias de sobrevivência avessas ao risco. A solução que os atores políticos e os segmentos populacionais encontram neste horizonte limitado para a ação pública é o clientelismo, isto é, um tipo de atitude e ação dos parlamentares orientado apenas por visão limitada e de curto prazo independentemente dos custos gerais da ação. O livro termina para o autor como um discurso que tenta trazer à luz a desigualdade social brasileira sem dar-lhe remédio, mas não deixando, à guisa de consolo, de insistir na sua tragédia.

Passamos agora às nossas reflexões e comentários finais.

1. Ao avaliar a privação relativa e o horizonte do desejo usando seis médias salariais brutas e assim traçar o hiato entre uma vida efetivamente vivida e uma “vida boa” o autor usa um ponto de partida utilitarista. Entretanto sabemos que a filosofia moral utilitarista tem uma concepção estreita da pessoa. Como afirma Edmundo Lima de Arruda Júnior em *Direito, Marxismo e Liberalismo* (Florianópolis, Cesus, 2001) a natureza agregativa do utilitarismo torna-se insensível às diferenças entre os indivíduos e fornece uma base frágil para questão dos direitos e liberdades dos indivíduos. Assim, a ética utilitarista pressupõe que os membros de uma sociedade maximizam a soma total da utilidade como única consideração ética tratando as pessoas como fins e como meios.

Deixando de lado essa questão podemos pensar que os desejos de uma pessoa são formados não apenas a partir de sua vontade, mas criados em um ambiente social e econômico que envolve valores tidos como aceitáveis, estratégias de marketing sofisticadas e um padrão de consumo que inclui determinados bens por faixas de renda deixando de lado outros. Assim a propaganda distingue consumidores de várias faixas e distribui seus apelos, digamos, por emissoras de televisão mais frequentadas por cada faixa de renda. É provável que uma determinada cesta de consumo mesmo considerada insuficiente ou ruim não pressuponha como uma cesta boa outra com itens totalmente diversos. Fazendo um exemplo

vulgar: alguém que inclua na sua cesta de consumo ruim uma cerveja nacional dificilmente pensará numa cerveja dinamarquesa para sua cesta boa inclusive porque ela está fora de seu horizonte cognitivo.

Apesar disso a grande difusão recente de celulares, tênis de marca e o gosto nacional por automóveis, cervejas e outros bens não fazem pensar numa sociedade basicamente insensível ao desejo de consumo de bens conspícuos ou pelo menos ligados a um certo hedonismo. Cremos que isso aponta para um horizonte de desejo que não é típico de indivíduos sem aspirações, mas que estas são elaboradas a partir dos padrões de consumo conhecidos para os quais a estrutura industrial e de marketing chama a atenção, constituindo um verdadeiro mecanismo de controle das pulsões de desejo de consumo, evitando uma plethora de insatisfações.

2. Embora desejável, a democracia não pode ser superestimada, ela é o que é, a democracia verdadeiramente existente ou a democracia real. Assim, os inúmeros controles que os financiamentos de campanha e o apoio da mídia conferem aos candidatos em grande medida condicionam os resultados eleitorais, e não podemos sem ressalvas chamar os eleitores de avessos aos riscos. Tomemos a eleição de Collor de Mello. Entre um candidato distante de partidos, mas vestindo uma aura de modernidade e mudança não muito claras, e um candidato de forte passado popular, ligados a uma então forte estrutura sindical, Igreja e movimentos populares, exorcizado pela mídia e pelo *status quo*, a decisão do pleito deveu-se claramente a manobras na edição do Jornal Nacional do dia anterior à eleição, o qual deu a sensação de que o debate entre os dois candidatos fora vencido pelo jovem e dinâmico Collor de Mello. Ora, sabe-se que os eleitores não votam para perder, gostam de votar em quem tem chances maiores de vitória e a mídia entrou por esse viés do voto.

Na eleição de Fernando Henrique Cardoso o candidato estava apoiado pela cronometrada edição do Real e o apoio do governo de Itamar Franco, além de ter uma aura de intelectual progressista e mesmo de esquerda, cercado de cérebros brilhantes. Isto não impediu uma instabilidade nada produtiva em seus dois mandatos, que frustrou as expectativas de que o Real trouxesse ganhos futuros significativos de renda à população. O viés globalizante e privatizante de seu governo erodiu fortemente o setor produtivo estatal responsável por um pilar forte na nossa industrialização, desnacionalizou bancos e empresas nacionais com a insistência no câmbio fixo, desestruturou o mercado de trabalho, promoveu baixo crescimento e ainda nos jogou sem proteção nos braços da grande crise financeira que abalou o final dos anos noventa. Tudo sem nenhum ganho simbólico e material, exceto o de

debelar a inflação, elevada à categoria de pior pesadelo, ainda pior do que os vividos pela maior parte da população na época. Sua herança iniciou um processo de desindustrialização do país e nos condenou à posição de vagão de terceira classe no trem da economia internacional.

Na eleição de Luis Inácio Lula da Silva o voto foi facilmente decidido por ser a única alternativa visível ao fragilizado *status quo*, o que não impediu que seu primeiro mandato sofresse forte oposição, queima política de quadros históricos que davam norte ao partido e uma forte independência no governo do Banco Central garantindo o conservadorismo da política econômica. Apesar disso o Bolsa Família veio aliviar a pobreza absoluta de mais de cinquenta milhões de brasileiros, e o progressivo desenvolvimento atrelado aos chamados BRIC'S e à performance exportadora reativou o mercado interno, melhorou a distribuição de salários e reduziu o desemprego. O IPEA começou a traçar projetos e pesquisas voltados para um futuro marcado pela preponderância dos interesses nacionais mesmo que hoje, às vésperas de eleições no próximo ano, as alternativas realmente perseguidas sejam cuidadosas, inclusive graças à nova crise internacional, da qual o país sai-se relativamente bem dado o papel anticíclico dos grandes bancos públicos e do investimento das estatais que restaram, em especial da Petrobras. Tudo isso caracterizou uma opção não conservadora nos quadros do sistema político nacional e gerou instabilidades produtivas.

3. Uma observação importante é que as conclusões do autor sobre a privação relativa assim como aos indicadores sociais referem-se a um período entre basicamente as décadas de 80 e 90. Seria interessante avaliar como essas duas questões aparecem na década inicial do novo século, marcado por inovações na política social e maior crescimento econômico, maior formalização do mercado de trabalho depois do agudo período vivido por esse mercado nos anos noventa com a rápida liberalização comercial, a enxurrada de importações e a entrada concentrada no tempo de novas tecnologias e formas de produzir. É provável que aí esteja uma boa agenda de pesquisa e um espaço ainda em branco, por examinar, nas políticas públicas e seus efeitos. Algumas políticas estão hoje em crise por diversos motivos, como o súbito aumento de seus demandantes, como a educação e a saúde, bem como a previdência. Como se pode pensar uma maior intervenção pública nessas áreas quando o deficiente crescimento econômico vem vulnerabilizando o orçamento social? Ao mesmo tempo são áreas em que o Estado deve estar presente, como indica, por exemplo, a insistência do presidente Barak Obama em criar um eficiente e inclusivo sistema público de saúde nos Estados Unidos. O sistema público de saúde no Brasil é precário e as novas

demandas por inclusão social a partir de quotas para negros e egressos de escolas públicas são pontos na agenda pública, assim como maior segurança para idosos num país marcado pela exclusão social e informalização do trabalho. Cremos que a experiência da Bolsa Família deve ser aperfeiçoada e tornada mais abrangente diante do estado de privação de parcela imensa de brasileiros. Esta política poderia reduzir a sedução do espaço ocupado pelo tráfico e o malfadado clientelismo de que se ressente Santos. É evidente que isso vai na contramão das tendências privatizantes do PSDB e exige um Estado com maior poder fiscal e político, o que pode ser conseguido mas não sem dificuldade diante da resistência não dos eleitores comuns mas dos segmentos empresariais, financeiros e liberais com forte presença política no País.

4. Também é oportuno lembrar que o espaço da sociabilidade brasileira vem sendo minado fortemente pelo tráfico e a violência, o que é uma característica internacional mas é coerente com os anos de baixo crescimento econômico que começam no final do período militar e não foi ainda exorcizado. A violência faz com que haja um poder paralelo com infiltração no próprio Estado, avesso a seu comando e estimulando um comportamento particular da polícia. De forma semelhante, o espaço nos demos e na polis está marcado pela corrupção, em grande escala nas privatizações dos anos noventa, em escala menor mas clara no século XXI e que é usada pelos partidos políticos como armas parlamentares de combate, como se percebe hoje na tentativa de minar o PMDB. Todos esses pontos requerem formulações de políticas sociais e controle sobre a coisa pública, sob pena de perdermos não apenas a precária democracia que temos, mas a própria república.

5. Max Weber reiterou que o funcionamento eficaz da democracia depende de mínimos materiais necessários à vida e segurança social de cada cidadão. A falta deles, como ocorre de modo notório no Brasil, corrompe as regras do jogo político e da participação cidadã, dando origem a clientelismo (no País, não um fenômeno pós-moderno de inserção marginal e progressiva de minorias, mas velho mecanismo de cooptação e de fraude da vontade de amplas camadas de resto heterogêneas e sem rosto bem identificado), à política como meio de enriquecimento pessoal e reciclagem das velhas elites em uma modernidade inconclusa. As políticas sociais no País, em que pesem as dificuldades vividas pelo *Welfare-State* na Europa e outras regiões desenvolvidas como Canadá, Nova Zelândia e Austrália, configuram um Estado de Mal-Estar em que se vive e passa a vida sem esperanças e estão atrasadas por qualquer comparação atual com estas regiões em mais de oitenta anos. A democracia se reduz a um jogo político partidário e representativo pouco interessante para os

que mais precisam dela, apesar das apostas que no passado recente estes fizeram e vêm fazendo.

A ideia de discutir os desejos de uma sociedade moderna, desigual e injusta como a brasileira me atraiu e me fez pensar que poderíamos, enfim, realizar uma reflexão sobre a política e a intencionalidade dos processos que deságuam em transformações coletivas. Mas o autor, no seu percurso, foi informando ao longo do livro que o capitalismo, na sua dimensão material e política recente, não apresentava nenhuma anormalidade substancial, o processo de democratização, não explicaria o retardo em resolver os graves problemas que respondem pela desigualdade no Brasil. Mais do que responder pela quantidade enorme de excluídos e precariamente incluídos o autor se preocupa com a letargia do processo de diminuição das diferenças num contexto de democratização bem avaliado.

Entre os problemas do livro, o primeiro é a ausência de um capítulo de conclusões em condições de sintetizar o pensamento do autor justamente em torno daquilo que atrai no seu trabalho: o título. O segundo problema decorre do fato de que ao longo do texto vai prevalecendo uma visão do desejo atrelada ou ancorada quase que exclusivamente na capacidade de adquirir bens de uma sociedade. E, no final, é forte a tendência a acreditar que o autor imagina que os desiludidos descamisados, excluídos e precarizados trabalhadores do Brasil, sem confiança ou crença nos processos democráticos relativos aos direitos civis, querem apenas consumir e se conformam com os crediários que tiram ao longo da sua penosa existência.

Como contraponto, seria importante aludir à história brasileira como uma trajetória permeada por grandes fraturas que tiveram enormes consequências no posicionamento político e coletivo da população e, mais importante, na constituição de uma cultura política na sociedade em condições de ativar forças transformadoras. A primeira fratura importante foi produzida pelo regime militar e a derrota e concomitante fracasso em construir, a partir de forças populares, um capitalismo de massa articulado à democracia de massa. Vinte anos depois, sob a decadência do comando militar, a democratização e suas artimanhas negociadas avançou mais facilmente em torno do direito ao voto e muito menos no sentido de uma construção dos direitos sociais, o brasileiro é cidadão quando se dirige à cabine e mero anônimo quando espera uma consulta num hospital público. Podemos indicar, então, uma segunda fratura relevante durante a década de oitenta. Não há dúvidas de que falta Estado social no Brasil, a constituição de 1988 tentou acertar o tempo histórico da proteção social, mas foi severamente bombardeada por críticos interessados numa ordem desregulamentada.

Na década de oitenta a democratização foi afetada pela crise econômica que obstruiu de modo sistemático o avanço da democracia social. Este descompasso entre os direitos civis e os sociais, em parte, agravado pela falta de crescimento econômico e óbvias dificuldades em constituir os fundos públicos do Estado do bem estar, nos anos noventa, ganhou dramaticidade adicional, pois as forças dominantes identificavam a proteção como um obstáculo à retomada da acumulação de capital. Melhoras homeopáticas, celulares, litros de refrigerantes, cursos à distância, telemarketing e dezenas de milhares de indivíduos fartos de discursos, dispostos a correr atrás da vida, descrentes das poucas experiências coletivas a lembrar. Mas brasileiros que adoram o carnaval, que amam amar, que cuidam dos rebentos, que compõem estrofes do samba, que sentem medo e querem um país muito além dos crediários e artefatos do mundo pós-moderno.

A título de conclusão, hoje as questões do desenvolvimento material, da exigência de eliminação da aguda heterogeneidade e fragmentação social, somadas de modo relevantes às questões sempre presentes da paz e do cuidado com Gaia, a nossa matriz, se impõem a toda América Latina, como indicam, por exemplo, o isolamento político do golpe recente em Honduras e a criação da Unasul. Isto exige o fortalecimento fiscal e financeiro do estado e de suas agências de desenvolvimento, suas empresas, seus bancos e suas políticas públicas convergindo em um projeto nacional que rompa o oligopólio das corporações e com o domínio do velho poder e do dinheiro, dentro de uma invenção da democracia que passará por muitos inimigos. Até agora, ao contrário do que insinua o título do livro que examinamos aqui, não vivemos um fracasso coletivo, mas uma derrota coletiva. Que possamos afinal pôr ordem na casa.

REFERÊNCIAS

- SANTOS, WANDERLEY GUILHERME DOS. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ARRUDA JR., EDMUNDO LIMA DE. **Direito, Marxismo e Liberalismo: Ensaio para uma Sociologia Crítica do Direito**. Florianópolis: Cesus, 2001.
- WEBER, MAX. **Historia Económica General**. México: *cuarta edición en español*, 1961.